



Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO ESPECIAL

PARECER

Matéria: VETO GOVERNAMENTAL N. 37//2018

VETO PARCIAL, oriundo da MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 97/2018, incidente sobre o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei n. 184/2017, da Deputada Alessandra Campêlo, que “Proíbe o uso de algemas em presas ou internas parturientes na forma que especifica”.

Autoria: GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

Relator: Deputado BELARMINO LINS

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Governador do Estado – AMAZONINO ARMANDO MENDES, no exercício de suas prerrogativas constantes no art. 36, § 1º, da Constituição Estadual, Vetou, parcialmente, o Projeto de Lei n. 184/2017, de autoria da ilustre deputada Alessandra Campêlo, em seu parágrafo único, artigo 1º, que estabelece as eventuais situações de perigo à integridade física da própria presa ou interna, ou de terceiros, que deverão ser abordadas mediante meios de contenção não coercitivos, a critério da respectiva equipe médica.



Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO ESPECIAL

Vindo os autos à Comissão Especial, designado relator na forma regimental, passo a opinar, na tentativa de construir um consumado juízo de valor, capaz de melhor nortear o posicionamento a ser firmado por este Colegiado e, posteriormente, pelo Plenário desta Casa Legislativa.

É o Relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Veto Parcial incidente sobre o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei que *“DISPÕE sobre a proibição do uso de algemas em presas ou internas parturientes, na forma que menciona”*, de autoria da nobre deputada Alessandra Campêlo.

Conforme os autos, no parágrafo único do artigo 1º, a proposição legislativa dispõe que *“as eventuais situações de perigo à integridade física da própria presa ou interna, ou de terceiros deverão ser abordadas mediante meios de contenção não coercitivos, a critério da respectiva equipe médica”*, conquanto seja de intenção louvável, encontra-se eivada de **inconstitucionalidade material**, vez que, a norma geral federal atribuiu ao Chefe do Executivo Federal a disciplina da utilização de algemas e já tendo sido editado o referido decreto regulamentar, a competência legislativa estadual deve se limitar à edição de normas específicas a par das normas gerais existentes veiculadas pelo **Decreto Federal n. 8.858, de 26 de setembro de 2016** (Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal).

Em suma, não obstante o Estado deter competência concorrente para legislar sobre o tema do Projeto de Lei, cumpre destacar que no âmbito da legislação concorrente, a competência para a elaboração das normas gerais é da União, competindo aos Estados a competência suplementar, o que, no caso do referido dispositivo da



Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO ESPECIAL

Proposição (parágrafo único, do artigo 1º), ultrapassou a limitação imposta constitucionalmente, incorrendo em vício material, invadindo campos em que compete privativamente ao Chefe do Executivo iniciar o processo legislativo, porque usurpam a competência material do Poder Executivo disposta na Constituição, visto que ferem o princípio constitucional da separação de poderes inserto no artigo 2º da Carta Maior.

Portanto, comungamos com os argumentos demonstrados no Veto Parcial ora apreciado.

III – VOTO

Pelas razões aqui expostas, e por haver vício de competência material, manifesto-me **FAVORÁVEL** ao **VETO GOVERNAMENTAL PARCIAL n. 37/2018**.

S.R. DA COMISSÃO ESPECIAL, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 13 de novembro de 2018.


Deputado BELARMINO LINS
Relator



ESTADO DO AMAZONAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de *Especial*

.....por.....

de votos.....o parecer

favorável ao veto.....do Relator

Em: *12* / *1* / *2018*

PRESIDENTE

RELATOR

